



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

www.taubate.sp.gov.br

ATOS OFICIAIS

DECRETO Nº 15340 , DE 25 DE JULHO DE 2022

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de terreno necessária à implantação de próprios municipais

JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ, no uso de suas atribuições legais, à vista dos elementos constantes do processo nº 23.912/2022

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, para implantação de próprios municipais, por via amigável ou judicial, área de terreno localizada na Avenida André Cursino dos Santos, Loteamento Granjas Reunidas São Gonçalo, a saber:

Descrição Perimétrica da Área Objeto de Desapropriação:

“Inicia-se no ponto 01, ponto este que está a 103,00 m da confluência da Avenida André Cursino dos Santos com a Rua Capitão Amaro de Toledo Cortez, deste segue até o ponto 02 com azimute de 161°00'03" e distância de 170,68; confrontando com a Eletropaulo - Eletricidade São Paulo S/A , deste segue até o ponto 03 com azimute de 250°06'24" e distância de 31,92; confrontando com o imóvel de propriedade da KSE Empreendimento Imobiliários Ltda, deste segue até o ponto 04 com azimute de 273°26'15" e distância de 25,25; deste segue até o ponto 05 com azimute de 341°38'36" e distância de 24,62; confrontando do ponto 03 ao ponto 05 com o Loteamento Granjas Reunidas São Gonçalo, deste segue até o ponto 5A com azimute de 243°16'02" e distância de 10,55; confrontando com o lote 60 , do loteamento Granjas Reunidas São Gonçalo, deste segue até o ponto 6A com azimute de 330°24'40" e distância de 11,20; confrontando com a Avenida André Cursino dos Santos, deste segue até o ponto 7A com azimute de 330°24'40" e distância de 11,50; confrontando novamente com a Avenida André Cursino dos SResp. pelo expediente da Secretaria de Governo e Relações Institucionais antos, deste segue até o ponto 07 com azimute de 63°43'45" e distância de 15,00; confrontando com o lote 63 do loteamento Granjas Reunidas São Gonçalo, deste segue até o ponto 08 com azimute de 342°24'34" e distância de 109,54; confrontando com loteamento Granjas Reunidas São Gonçalo, deste segue até o ponto 01 com azimute de 65°54'59" e distância de 52,23; confrontando com o loteamento misto Parque Dom Pedro I; O perímetro acima descrito encerra uma área de 9.272,59 m²”.

Art. 2º A área de que trata o artigo 1º está caracterizada na planta AD-3342 .

Art. 3º As despesas com a execução do presente Decreto, onerarão a verba orçamentária própria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 25 de julho de 2022, 383º da fundação do Povoado e 377º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR
Prefeito Municipal

LÚCIO FÁBIO ARAÚJO
Secretário de Planejamento

VERA LÚCIA SCORTECCI HILST
Secretária de Educação

Publicado na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 25 de julho de 2022.

PAULO DE TARSO CABRAL COSTA JUNIOR
Diretor do Departamento Técnico Legislativo

DECRETO Nº 15341 , DE 25 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o Recebimento dos Serviços Remanescentes do Loteamento CAMPOS DO CONDE TAUBATÉ, conhecido como “MORADA DOS NOBRES”, no Bairro do Cataguá

JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ, no uso de suas atribuições legais e à vista dos elementos constantes do processo administrativo nº 52.431/2010, e

CONSIDERANDO o parecer da Secretaria de Meio Ambiente (fls. 1473) do processo administrativo nº 52.431/201, constatando a execução dos serviços remanescentes pertinentes a pasta, estando aptos a serem recebidos pela Municipalidade;

CONSIDERANDO o parecer da Secretaria de Serviços Públicos (fls. 1320 à 1332), constando a execução dos serviços, objeto do termo de compromisso firmado às fls. 1182 à 1184 do processo administrativo nº 52.431/2010, estando apto a serem recebidos pela Municipalidade.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada oficialmente reconhecida a execução dos serviços remanescentes referente a implantação do Loteamento Campos do Conde Taubaté, no Bairro do Cataguá.

Art. 2º Fica desvinculada da Prefeitura Municipal como hipoteca os lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da Quadra “B”, do Loteamento Campos do Conde Taubaté, objeto do Decreto nº 13.729/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 25 de julho de 2022, 383º da fundação do Povoado e 377º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR
Prefeito Municipal

LÚCIO FÁBIO ARAÚJO
Secretário de Planejamento

Publicado na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 25 de julho de 2022.

PAULO DE TARSO CABRAL COSTA JUNIOR

Diretor do Departamento Técnico Legislativo

Resp. pelo Exp. da Secretaria de Governo e Relações Institucionais

PROCESSO Nº. 34.491/22

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 124/22

D E S P A C H O :

- 1 – Ratifico o presente processo nos termos dos documentos em anexo, que comprovam a inexigibilidade com base no artigo 25, inciso III, do diploma legal, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações;
- 2 – Ao Serviço de Publicação e Registro de Atos Oficiais para publicar;
- 3 – Ao Serviço de Empenho, para emissão da Nota de Empenho em favor da firma **RENATO SANTOS MENDES FONSECA 30886776830**, no valor total de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais);
- 4 – Ao Departamento de Materiais, Patrimônio e Compras, para emissão de Autorização de Fornecimento;
- 5 – À Secretaria de Cultura e Economia Criativa, para acompanhamento.

SECEC, aos 21/07/2022

DIMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PROCESSO Nº. 34.567/22

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 126/22

D E S P A C H O :

- 1 – Ratifico o presente processo nos termos dos documentos em anexo, que comprovam a inexigibilidade com base no inciso III do artigo 25 do diploma legal, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações;
- 2 – Ao Serviço de Publicação e Registro de Atos Oficiais para publicar;
- 3 – Ao Serviço de Empenho, para emissão da Nota de Empenho em favor da firma **R. M. EMPREENDIMENTOS**, no valor total de R\$ 5.500,00(Cinco mil e quinhentos reais);
- 4 – Ao Serviço de Controle de Contratos e Convênios, para providências cabíveis;
- 5 – À Secretaria de Cultura e Economia Criativa, para acompanhamento.

SECEC, aos 21/07/2022

DIMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PROCESSO Nº. 34.585/22

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 127/22

D E S P A C H O :

- 1 – Ratifico o presente processo nos termos dos documentos em anexo, que comprovam a inexigibilidade com base no artigo 25, inciso III, do diploma legal, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações;
- 2 – Ao Serviço de Publicação e Registro de Atos Oficiais para publicar;
- 3 – Ao Serviço de Empenho, para emissão da Nota de Empenho em favor da firma **R. M. EMPREENDIMENTOS**, no valor total de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais);
- 4 – Ao Departamento de Materiais, Patrimônio e Compras, para emissão de Autorização de Fornecimento;
- 5 – À Secretaria de Cultura e Economia Criativa, para acompanhamento.

SECEC, aos 21/07/2022

DIMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PROCESSO Nº. 34.464/22

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 122/22

D E S P A C H O :

- 1 – Ratifico o presente processo nos termos dos documentos em anexo, que comprovam a inexigibilidade com base no artigo 25, inciso III, do diploma legal, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações;
- 2 – Ao Serviço de Publicação e Registro de Atos Oficiais para publicar;
- 3 – Ao Serviço de Empenho, para emissão da Nota de Empenho em favor da firma **CRISTIANO DA SILVA SOUZA 41270560883**, no valor total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);
- 4 – Ao Departamento de Materiais, Patrimônio e Compras, para emissão de Autorização de Fornecimento;
- 5 – À Secretaria de Cultura e Economia Criativa, para acompanhamento.

SECEC, aos 21/07/2022

DIMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PROCESSO Nº. 35.355/22

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/22

D E S P A C H O : Autorizo a contratação de empresa especializada em locação de banheiro químico, constante do presente processo, a favor da empresa: **A. M. FIGUEIRA EVENTOS ME**, no valor total de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais);

P. M. T., aos 20/07/2022

DIMAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

SECRETARIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

PORTARIA /SEED N. 431, DE 22 DE JULHO DE 2022.

Estabelece Procedimentos para transferência, execução e prestação de contas dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal– PDDE-M, de acordo com os valores de repasse do ano de 2022, às Associações de Pais e Mestres – APMs das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Taubaté.

VERA LUCIA SCORTECCI HILST, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO:

a Lei Municipal n. 5.729, de 16 de maio de 2022, que institui o Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal – PDDE-M, às Associações de Pais e Mestres - APMs das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino;

o Decreto Municipal n. 15.333, de 04 de julho de 2022, que confere regulamentação ao Programa Dinheiro Direto na Escola às Associações de Pais e Mestres – APMs das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, em consonância com a Lei Municipal n. 5.729 de 16 de maio de 2022;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os procedimentos para transferência, execução e prestação de contas dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Municipal – PDDE-M, às Associações de Pais e Mestres – APMs das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, aqui designadas simplesmente Associações, ficam estabelecidos nos termos desta Portaria.

Art. 2º Os recursos mencionados no artigo anterior, destinam-se aos fins estabelecidos na Lei Municipal n. 5.729 de 16 de maio de 2022.

Parágrafo único. Poderão ser destinados às Associações de Pais e Mestres recursos financeiros extraordinários, para utilização exclusiva em determinadas ações suplementares, por meio de portarias específicas, a serem publicadas de acordo com a necessidade do Sistema Municipal de Ensino de Taubaté, não podendo ser utilizados para outros fins que não o proposto nas respectivas portarias, em consonância com a legislação que dispõe o destino dos recursos.

Art. 3º Os valores dos recursos repassados anualmente a cada Associação serão calculados com base no número de alunos matriculados, de acordo com o Censo Escolar, realizado pelo Ministério da Educação/INEP, relativo ao ano imediatamente anterior, divididos em duas parcelas e um valor fixo, recebido junto a primeira parcela.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação – SEED divulgará, a cada exercício financeiro, a forma de cálculo, o valor e a periodicidade dos repasses às Associações, que devem ser seguidas de acordo com as orientações e instruções complementares a execução do Programa, expedidas formalmente pelo setor de APM – responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares, subordinado a Secretaria de Educação.

CAPÍTULO II – DA ADESÃO E HABILITAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 5º Para o recebimento anual do recurso do PDDE-M, as Associações deverão realizar a habilitação e o cadastramento ao Programa.

§1º As Associações deverão se habilitar ao PDDE-M, encaminhando até o último dia letivo de dezembro de cada ano o ofício de adesão/habilitação ao PDDE-M para o ano seguinte.

§2º As escolas criadas após a data-limite estabelecida para participação no censo escolar/INEP/MEC de cada ano, poderão se cadastrar no PDDE-M, desde que já tenham a regularidade da fundação da Associação de Pais e Mestres.

§3º As Associações serão fundadas de acordo com as determinações do Governo Federal, após Registro em Cartório de Pessoa Jurídica e criação de CNPJ junto à Receita Federal por Contador devidamente contratado para representar a Associação, devendo o Presidente do Conselho Deliberativo deverá formalizar na Secretaria de Educação as providências necessárias para Cadastramento junto ao PDDE-M, conforme orientações complementares do setor de APM, informadas pela Secretaria de Educação.

§4º Todas as Associações legalmente constituídas são obrigadas a cumprir obrigações fiscais e sociais instituídas por órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, sendo obrigatória a contratação dos serviços de um contador para este fim.

CAPÍTULO III – DO REPASSE DE RECURSOS

Art. 6º A liberação dos recursos do PDDE-M e demais atos de transferências de recursos às Associações regularmente constituídas, está condicionada a apresentação das prestações de contas, dentro dos prazos estabelecidos no Anexo III, desta Portaria.

Parágrafo único. Os valores dos repasses serão estabelecidos de acordo com o número de alunos matriculados, em conformidade com o art. 3º, e Anexos I, II, desta Portaria.

Art. 7º Para fins de repasse para novas Associações, a efetivação da adesão deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis, antes do término do período de pagamento do respectivo repasse.

CAPÍTULO IV – DA REALIZAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 8º A aquisição de materiais e bens e/ou serviços observarão os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência visando garantir produtos e serviços de boa qualidade, sem qualquer espécie de favorecimento e mediante a escolha da proposta mais vantajosa, adotando-se para tanto os seguintes procedimentos prévios:

I – aquisição de materiais, bens e serviços a serem contratados, de acordo com as finalidades do programa, registrados em Plano de Aplicação e Ata de Levantamento de Prioridades;

II – utilização dos recursos em ações que caracterizem benefício coletivo aos alunos, excluindo-se qualquer aquisição para benefício individual, assistencial, premiações, presentes ou qualquer tipo de vantagem, observadas as exceções autorizadas de forma expressa pela Secretaria de Educação;

III – prévia pesquisa de preços, conforme regulamentação desta Portaria e orientações expedidas em documentos oficiais pela Secretaria de Educação.

Parágrafo único. A Secretaria de Educação disponibilizará orientações complementares de forma expressa ou pelo setor competente para apoio na aquisição e/ou contratações de serviços.

Art. 9º A pesquisa prévia de preços (orçamento) deverá ser realizada junto ao maior número possível de fornecedores e/ou prestadores de serviços, sendo obrigatória a apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos, contemplando sempre o fornecedor de menor preço, a fim de evitar quaisquer favorecimentos e garantir a escolha da proposta mais vantajosa para o gasto público, utilizando-se diferentes fontes, de forma a possibilitar que essa pesquisa reflita o real comportamento do mercado, podendo ser feita por meio de:

I – consulta aos fornecedores e prestadores de serviços;

II – consultas feitas pela internet;

§ 1º Somente serão aceitos gastos sem a apresentação dos 03 (três) orçamentos quando comprovada a exclusividade de fornecimento do produto ou serviço na região, ou especialização técnica de fornecimento de determinado produto ou prestação de serviço. Neste caso, no lugar dos orçamentos, deverão ser enviadas justificativas circunstanciadas que comprovem a inviabilidade de atendimento dessa exigência.

§2º Compras realizadas com prévios orçamentos do mercado digital precisam acompanhar os três orçamentos previstos no caput e mais uma pesquisa de preço em loja física, comprovando a economia oportunizada.

§3º No caso de compras não asseguradas com frete gratuito, estes deverão constar no valor total do orçamento.

§4º Bens materiais e/ou serviços deverão possuir respectivas e devidas especificações de forma a garantir justa concorrência.

§5º As notas fiscais de bens e serviços devem ser emitidas exclusivamente em nome da Associação com a discriminação detalhada e individualizada do produto adquirido ou serviço contratado, com preço unitário atribuído, contendo dimensões, características, marca, localização do serviço, dentre outras especificações.

§6º É necessário identificar no documento fiscal quando houver complementação de valores com recursos próprios da Associação, quanto à aquisição de produtos e/ou prestação de serviços, de acordo com as orientações expedidas pela Secretaria de Educação.

Art. 10 Além das despesas realizadas sob os critérios de aquisição de bens (capital) materiais e/ou serviços (custeio), os recursos do PDDE-M também podem ser utilizados para:

I – gastos com correspondência de aviso de recebimento - A.R., exclusivamente para pais e/ou responsáveis que não atenderem convocações da escola por outros meios de comunicação;

II – pagamento de serviço cartorário para fins exclusivos de manutenção da regularidade da Associação;

III - pagamento de serviços contábeis referentes a regularidade e encerramento da Associação, desde que obedçam os valores delimitados, definidos nesta Portaria.

Art. 11 É vedada a realização de pagamento antes da efetiva entrega de materiais e bens adquiridos, da conclusão dos serviços contratados e da emissão do documento fiscal comprobatório da despesa, salvo se:

I – for indispensável efetivar o pagamento antes da entrega do bem;

II – for realizado pagamento de serviços cartorários.

Parágrafo único. As aquisições previstas no inciso I deverão ser realizadas em estabelecimento ou plataforma idôneos, representar significativa economia de recursos, quando comparada com demais formas de aquisição, e acompanhadas de indispensáveis cautelas que assegurem o êxito na transação.

Art. 12 É vedada a realização de pagamento em que o favorecido não seja o mesmo indicado no documento fiscal comprobatório da despesa, sendo obrigatório, no caso de pagamento com cheque, que este seja nominal ao fornecedor ou prestador de serviços cuja razão social constar na nota fiscal.

Art. 13 Caberá a Associação tomar as medidas cabíveis junto ao fornecedor, prestador de serviço e/ou órgãos de proteção ao consumidor quando os materiais, bens adquiridos ou serviços contratados não forem entregues ou apresentarem irregularidade.

Parágrafo único. Após findadas as providências, caso a Associação não tenha êxito no restabelecimento da mercadoria ou serviço, a despesa deverá ser rejeitada e os valores devolvidos para nova despesa.

Art. 14 É vedada a utilização dos recursos do programa para:

I – pagamento de pessoa física que caracterize vínculo empregatício;

II – contratação de serviços de assessoria, consultoria e formação para professores;

III – pagamento de ações que já são contempladas por outros programas executados pela Secretaria de Educação;

IV - gastos com contratação permanente de pessoal de qualquer natureza;

V - pagamento de agente público: consultoria ou assistência técnica que beneficie diretamente agente público;

VI - aquisição de gêneros alimentícios de qualquer natureza;

VII - pagamento de serviços continuados de água, energia elétrica, gás, telefone e outras concessionárias;

VIII – aquisição e/ou pagamento de despesas com coquetéis, recepções, flores, prêmios, presentes, passagens, diárias, inscrição, transporte, alimentação e hospedagem de participantes em cursos, congressos, seminários e afins;

IX – pagamento indevido de tributos federais, estaduais e municipais que incidam sobre serviços contratados com outros recursos, que não os do Programa;

X – pagamentos de tarifas de manutenção de conta bancária, decorrentes de devolução de cheques, saldo negativo e outras despesas adicionais não previstas no serviço bancário contratado;

XI – pagamentos de cópias, autenticações de documentos e reconhecimento de firmas.

CAPÍTULO V – DOS BENS

Art. 15 Os bens patrimoniais adquiridos ou produzidos com recursos do PDDE-M deverão ser incorporados ao acervo patrimonial da Prefeitura Municipal para uso das respectivas unidades escolares, cabendo-lhes a guarda e conservação exigida pela lei.

CAPÍTULO VI – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I – Da apresentação das prestações de contas

Art. 16 As Associações deverão prestar contas dos recursos recebidos, utilizando as planilhas e formulários disponibilizados oficialmente pela Secretaria de Educação.

Parágrafo único. As Associações deverão manter os documentos originais relativos a prestação de contas arquivados na unidade escolar, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação oficial da aprovação da prestação de contas, disponibilizando-as sempre que solicitado à Secretaria de Educação ou órgãos de controle interno e externo do Município de Taubaté.

Art. 17 As prestações de contas deverão ser apresentadas à Secretaria Municipal de Educação, no setor de APM, constituídas pelos seguintes documentos:

I - extratos bancários mensais da Conta Corrente e Conta Poupança, contemplando desde o recebimento da verba, todo o período de realização da despesa;

II - documentos comprobatórios das despesas realizadas: recibos, notas fiscais (NFe), Danfe e notas fiscais de serviço (NFSe) com respectivo comprovante de recolhimento de impostos; declaração do Contador sobre o recolhimento do referido imposto; cópia de cartão de CNPJ dos orçamentos apresentados e demais comprovantes que couberem à aquisição do bem ou serviço contratado.

III - cópias dos cheques emitidos e dos cancelados, quando houver;

IV – comprovante de benefícios, demonstrativo de despesas realizadas, relação de bens adquiridos ou produzidos, termo de doação e demais documentos que forem gerados para fins de comprovação do cumprimento das regras do PDDE-M;

V – ata de levantamento de prioridades, ata de pesquisa de preços e ata de prestação de contas assinadas pelos membros da Associação.

Art. 18 No caso de necessidade de correção ou retificação da prestação de contas, a Associação deverá promover retificações e ou alterações caso sejam encontradas situações de:

I – aquisições em desacordo com o Plano de Aplicação do recurso realizado pela Associação;

II – divergências de dados entre orçamentos;

III – divergência de forma de pagamento, de acordo com a previsão estabelecida na Lei Municipal n. 5729/2022.

IV – divergência de dados emitidos em documentos fiscais;

V – falta de documentos comprobatórios da despesa, em desacordo com esta Portaria ou orientações oficiais, expedidas pela Secretaria de Educação.

Art. 19 O prazo para correções e retificações na prestação de contas será de 5 (cinco) dias úteis.

Seção II – Acompanhamento da execução do PDDE-M

Art. 20 O acompanhamento da execução do Programa, análise e parecer das prestações de contas serão realizados pelo setor de APM, responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares, subordinadas à Secretaria de Educação.

Art. 21 Caberá ao setor responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares da Secretaria de Educação orientar as Associações e fiscalizar a aplicação dos recursos, tendo como atribuições de acompanhamento à execução e conclusão anual do Programa:

- I – providenciar os documentos necessários para efetivar o repasse dos recursos às Associações;
- II – orientar as Associações quanto a correta utilização dos recursos e quanto a prestação de contas, em conformidade com as normas e procedimentos do Programa;
- III – analisar a prestação de contas, sob os aspectos de sua exatidão aritmética e obediência à legislação e emitir parecer conclusivo.
- IV – dar conhecimento ao Secretário de Educação do parecer técnico conclusivo referente às prestações de contas anuais das Associações.

Seção III – Da análise da prestação de contas

Art. 22 O setor de APM, após análise, concluirá sobre a efetividade do uso do recurso pela Associação da seguinte forma:

- I - prestação de contas APROVADA: quando demonstrarem o uso correto do recurso do Programa, conforme diretrizes estabelecidas em sua legislação;
- II - prestação de contas APROVADA COM RESSALVAS: quando evidenciarem impropriedades ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
- III- prestação de contas REJEITADA: quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias abaixo descritas:

- omissão no dever de prestar contas;
- danos ao erário decorrente do ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
- omissão de documentos e/ou entrega de documentos incompletos que, impossibilitem a correta verificação das contas.

§1º Em caso de aprovação com ressalvas pelo setor de APM, responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares da Secretaria de Educação deverá enumerar as recomendações a serem observadas pelas Associações de Pais e Mestres que apresentaram erros no uso do recurso.

§2º A aprovação com ressalva não se aplica a casos em que haja danos ao erário, indícios de desfalque ou desvio de dinheiro e falta de documento comprobatório de despesa sem a devida devolução do recurso.

Art. 23 Constatada irregularidade formal na prestação de contas, o setor de APM concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a Associação sanar a irregularidade, exceto quando esta for passível de devolução de recurso, devendo nesse caso observar o disposto no art. 25.

Art. 24 Transcorrido o prazo mencionado no artigo anterior, sem que haja saneamento da irregularidade, o setor de APM deverá considerar as contas rejeitadas e notificar a Associação.

Parágrafo único. Após a notificação, para regularização da Associação, esta deverá apresentar a documentação solicitada pelo setor de APM para nova análise das contas em questão e emitir conclusão quanto à regularização da prestação de contas.

Art. 25 Caso o setor de APM, responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares da Secretaria de Educação identifique uma despesa irregular, passível de devolução do recurso pela Associação deverá:

- I – comunicar a Associação sobre a irregularidade constatada, indicando o motivo e o prazo para a apresentação da justificativa;
- II – analisar a justificativa apresentada e:
 - aprovar a despesa, caso a justificativa seja aceita, ou;
 - indeferir a justificativa de maneira fundamentada e comunicar imediatamente ao Secretário de Educação para recomendar a abertura de procedimento de sindicância visando de apurar eventual responsabilidade e devolução do recurso.

Art. 26 As Associações, cujas prestações de contas forem rejeitadas, serão consideradas inadimplentes e não terão assegurado o recebimento dos recursos dos repasses seguintes do PDDE-M.

Art. 27 Em caso de rejeição das contas, a Associação poderá requerer reconsideração da conclusão da decisão do setor responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares da Secretaria de Educação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da notificação.

§1º O pedido de reconsideração será dirigido ao Secretário de Educação, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da interposição do pedido.

§2º Caso o parecer do Secretário de Educação ratifique a conclusão do setor responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares da Secretaria de Educação, deverá ser aberto procedimento de sindicância para apuração de responsabilidade e devolução do recurso.

Art. 28 Para solicitar o restabelecimento do repasse, a Associação inadimplente deverá apresentar as prestações de contas nos termos do art. 17, sem prejuízo aos procedimentos de apuração funcional (Sindicância e/ou PAD) que estejam em andamento no âmbito administrativo.

CAPÍTULO VII – DO REPASSE ANUAL DE 2022

Art. 29 Os recursos de que trata essa Portaria serão repassados integralmente na dotação de custeio, devendo ser aplicados em toda sua integralidade com aquisição de materiais e/ou serviços delimitados como custeio.

Art. 30 Os períodos para a realização das despesas e os prazos para prestação de contas dos recursos repassados às Associações de Pais e Mestres estão estabelecidos no Anexo III, desta Portaria.

§1º O período de realização das despesas terá início a partir da aprovação do Plano de Aplicação pelo setor de APM da Secretaria de Educação.

§2º Fica estabelecido o limite de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para pagamento de despesas anuais com serviços contábeis, referentes à instituição e manutenção da Associação, de acordo com o art. 10, IV, desta Portaria.

§3º Em virtude do período de repasse no curso desse ano letivo, excepcionalmente, os valores destinados a cada Associação no ano de 2022 poderão ser reprogramados em até 30% do total anual, tendo como limite para uso em despesas de custeio o prazo de 28/02/2023.

Art. 31 A realização de qualquer despesa está condicionada à suficiência de fundos na conta do Programa, cabendo à Associação de Pais e Mestres prestar contas ao setor de APM, responsável pelo acompanhamento das Associações das unidades escolares da Secretaria de Educação, de acordo com os prazos previstos no Anexo III, desta Portaria.

Art. 32 As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Art. 33 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LUCIA SCORTECCI HILST

Secretária de Educação

ANEXO I – BASE DE CÁLCULO DO REPASSE ÀS ASSOCIAÇÕES DAS UNIDADES ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

BASE DE CÁLCULO PDDEM - 2022
CADA ASSOCIAÇÃO RECEBERÁ 02 REPASSES ANUAIS

1ª PARCELA DO REPASSE
CADA ASSOCIAÇÃO RECEBERÁ R\$ 5.000,00 FIXO + R\$ 25,00 POR ALUNO (BASE CENSO 2021)

2ª PARCELA DO REPASSE
CADA ASSOCIAÇÃO RECEBERÁ R\$ 25,00 POR ALUNO (BASE CENSO 2021)

ANEXO II - REPASSE POR APM - 2022							
Ano Letivo:							
2021							
Escola	Nome da APM	CNPJ	Nível Ens.	Qtd	Total Alunos CENSO/2021	1ª	1ª
						PARCEL A	PARCEL A
						25 REAIS + 5000	TOTAIS A REPASSAR
ESCOLA MUNICIPAL PASTOR EZEQUIEL DA SILVA	APM Pastor José Ezequiel da Silva	30.666.000/001-96	Creche	87	138	R\$ 4.675,00	R\$ 8.450,00
			Pré-Escola	51		R\$ 3.775,00	
EMEI PROFA SIRLEY APARECIDA GONZAGA CAPUCHO	APM PROF SIRLEY APARECIDA GONZAGA CAPUCHO	35.848.393/001-72	Creche	101	101	R\$ 7.525,00	R\$ 7.525,00
EMEI PROFA CLAUDIA MARIA LABINAS RONCON SAUD	APM Prof Claudia Maria Labinas Roncon Saud	35.377.165/001-61	Creche	123	221	R\$ 5.575,00	R\$ 10.525,00
			Pré-Escola	98		R\$ 4.950,00	
EMEI VEREADOR BRASIL NATHALINO	APM VEREADOR BRASIL NATHALINO	35.848.090/001-50	Creche	91	169	R\$ 4.775,00	R\$ 9.225,00
			Pré-Escola	78		R\$ 4.450,00	
EMEI PROFESSOR BENEDITO OSWALDO SALGADO	APM PROF. BENEDITO OSWALDO SALGADO	39.541.975/001-62	Creche	118	118	R\$ 7.950,00	R\$ 7.950,00
EMEI PROF. LUIZ DOS SANTOS	APM PROFESSOR LUIZ DOS SANTOS	43.738.163/001-89	Creche	30	30	R\$ 5.750,00	R\$ 5.750,00
ANTONIO CUSTODIO DA SILVA EMEI	APM EMEI ANTONIO CUSTODIO DA SILVA	65.048.613/001-44	Creche	50	102	R\$ 3.750,00	R\$ 7.550,00
			Pré-Escola	52		R\$ 3.800,00	
ROQUE PASSARELLI PROF EMEI	APM EMEI PROF ROQUE PASSARELLI	65.052.946/001-47	Creche	26	148	R\$ 3.150,00	R\$ 8.700,00
			Pré-Escola	122		R\$ 5.550,00	
DIAMANTIN A MENDES DE ALMEIDA EMEI	APM EMEI DIAMANTIN A MENDES DE ALMEIDA	11.061.614/001-08	Pré-Escola	206	206	R\$ 10.150,00	R\$ 10.150,00
			Creche	39	115	R\$ 3.475,00	R\$ 7.875,00
DIRCEU DE CASTRO CARNEIRO	APM EMEI DR JOSE DIRCEU DE CASTRO	65.048.704/001-80	Pré-Escola	76			

ULYSSES CARLOS SCHIMIDT PROF EMEI	APM PROFESSOR ULYSSES CARLOS SCHMIDT	10.940.942/001-03	Creche	119	242	R\$ 5.475,00	R\$ 11.050,00
			Pré-Escola	123		R\$ 5.575,00	
MARILIA PEREIRA VALENTE EMEI	APM EMEI MARILIA PEREIRA VALENTE	10.955.560/001-53	Creche	92	194	R\$ 4.800,00	R\$ 9.850,00
			Pré-Escola	102		R\$ 5.050,00	
ANTONIO DE FREITAS MALAMAN EMEI	APM EMEI PROF ANTONIO DE FREITAS MALAMAN	10.931.225/001-15	Creche	59	133	R\$ 3.975,00	R\$ 8.325,00
			Pré-Escola	74		R\$ 4.350,00	
JOSE SIMPLICIO PROF EMEI	APM EMEI PROF JOSE SIMPLICIO	10.943.396/001-64	Creche	73	73	R\$ 6.825,00	R\$ 6.825,00
PLACIDINA IRMA EMEI	APM EMEI IRMA PLACIDINA	10.947.719/001-98	Creche	76	166	R\$ 4.400,00	R\$ 9.150,00
			Pré-Escola	90		R\$ 4.750,00	
JOSE ALFREDO LOPES VIEIRA EMEI	APM EMEI JOSE ALFREDO LOPES VIEIRA	11.061.632/001-81	Creche	149	149	R\$ 8.725,00	R\$ 8.725,00
MARIA ANUNCIACO BUENO PATRICIO EMEI	APM EMEI MARIA ANUNCIACO BUENO PATRICIO	10.943.508/001-87	Creche	52	110	R\$ 3.800,00	R\$ 7.750,00
			Pré-Escola	58		R\$ 3.950,00	
GILDA MARIA BASTOS ABUD INDIANI PROFA CRECHE MUNICIPAL	APM PROF GILDA M.B.ABUD INDIANI	11.021.600/001-52	Creche	103	201	R\$ 5.075,00	R\$ 10.025,00
			Pré-Escola	98		R\$ 4.950,00	
MARIA ISABEL PISTILLI MENDONCA PROFA EMEI	APM EMEI PROFESSOR A MARIA ISABEL PISTILLI MENDONCA	11.061.648/001-94	Creche	90	209	R\$ 4.750,00	R\$ 10.225,00
			Pré-Escola	119		R\$ 5.475,00	
MARIA DE LOURDES PEREIRA QUINTANILHA PROFA EMEI	APM EMEI MARIA DE LOURDES P. QUINTANILHA	03.248.431/001-60	Creche	13	47	R\$ 2.825,00	R\$ 6.175,00
			Pré-Escola	34		R\$ 3.350,00	
PERICLES NOGUEIRA SANTOS TENENTE CORONEL EMEI	APM PERICLES NOGUEIRA SANTOS	10.940.952/001-49	Creche	36	81	R\$ 3.400,00	R\$ 7.025,00
			Pré-Escola	45		R\$ 3.625,00	
LUIZ AMERICO PASTORINO PROF EMEI	APM EMEI PROF LUIZ AMERICO PASTORINO	11.015.809/001-03	Creche	80	143	R\$ 4.500,00	R\$ 8.575,00
			Pré-Escola	63		R\$ 4.075,00	
JOSE BENTO ALVARENGA EMEI	APM EMEI JOSE BENTO ALVARENGA	10.952.061/001-02	Creche	51	232	R\$ 3.775,00	R\$ 10.800,00
			Pré-Escola	181		R\$ 7.025,00	
ELEOZIPPO SILVEIRA PINTO VEREADOR EMEI	APM ELEOZIPPO SILVEIRA PINTO	10.943.278/001-56	Creche	84	200	R\$ 4.600,00	R\$ 10.000,00
			Pré-Escola	116		R\$ 5.400,00	
MARIA EDITH FERNANDES MOREIRA PROFA CRECHE MUNICIPAL	APM PROF MARIA EDITH F. MOREIRA	11.137.281/001-45	Creche	69	69	R\$ 6.725,00	R\$ 6.725,00
WALDEMAR BONELLI VEREADOR EMEI	APM VEREADOR WALDEMAR BONELLI	11.061.228/001-08	Creche	76	124	R\$ 4.400,00	R\$ 8.100,00
			Pré-Escola	48		R\$ 3.700,00	
JOSE ORTIZ MONTEIRO PATTO DR EMEI	APM DR JOSE ORTIZ MONTEIRO PATTO	03.230.204/001-07	Creche	22	94	R\$ 3.050,00	R\$ 7.350,00
			Pré-Escola	72		R\$ 4.300,00	
UMEI MARIA MIRIAN DE ALMEIDA IRMA BERNADETE	APM EMEI MARIA MIRIAN DE ALMEIDA	21.141.690/001-79	Creche	67	134	R\$ 4.175,00	R\$ 8.350,00
			Pré-Escola	67		R\$ 4.175,00	
EMEI YAN GABRIEL ALVES MENDANÃ	APM YAN GABRIEL ALVES MENDANA	27.831.090/001-19	Creche	64	125	R\$ 4.100,00	R\$ 8.125,00
			Pré-Escola	61		R\$ 4.025,00	
UMEI IARDILEI VIANA DE AQUINO	APM EMEI IADIRLEI VIANA DE AQUINO	22.689.294/001-43	Creche	35	35	R\$ 5.875,00	R\$ 5.875,00
AVEDIS VICTOR NAHAS DR EMEI	APM EMIEF DR. AVEDIS VICTOR NAHAS	06.112.948/001-15	Fundamental	759	759	R\$ 23.975,00	R\$ 23.975,00
JOAO BAPTISTA ORTIZ MONTEIRO PROF DR EMEI	APM EMIEF PROF. DR. JOAO BAPTISTA ORTIZ MONTEIRO	06.083.887/001-05	Fundamental	322	322	R\$ 13.050,00	R\$ 13.050,00
CINIRO MATHIAS BUENO PROF EMEI	APM PROF CINIRO MATHIAS BUENO	09.633.946/001-60	Fundamental	236	236	R\$ 10.900,00	R\$ 10.900,00
MADRE CECILIA CEMTE	APM EMEEIF MADRE CECILIA	07.330.843/001-03	Fundamental	566	566	R\$ 19.150,00	R\$ 19.150,00
ARTHUR SALVATTI FREI EMEF	APM EMEF FREI ARTHUR SALVATTI	07.594.628/001-01	Fundamental	249	249	R\$ 11.225,00	R\$ 11.225,00
ERNANI BARROS MORGADO EMEF	APM EMEF ERNANI BARROS MORGADO	07.786.351/001-19	Fundamental	511	511	R\$ 17.775,00	R\$ 17.775,00
WALTER THAUMATURGO PROF EMEF	APM PROF WALTER THAUMATURGO	51.635.779/001-52	Fundamental	526	526	R\$ 18.150,00	R\$ 18.150,00
SILVINO VICENTE KUNZ PADRE EMEI	APM EMIEF PE. SILVINO VICENTE KUNZ	03.175.571/001-55	Fundamental	493	493	R\$ 17.325,00	R\$ 17.325,00
EMILIO SIMONETTI EMEI	APM EMIEF PROFESSOR EMILIO SIMONETTI	03.218.157/001-86	Fundamental	947	947	R\$ 28.675,00	R\$ 28.675,00
JOSE SANTANNA DE SOUZA PROF EMEF	APM EMEF PROF JOSE SANT'ANNA DE SOUZA	03.213.304/001-25	Fundamental	608	608	R\$ 20.200,00	R\$ 20.200,00
GUIDO JOSE GOMES MINE PREFEITO EMEF	APM EMEF PREFEITO GUIDO JOSE GOMES MINE	03.211.607/001-09	Fundamental	969	969	R\$ 29.225,00	R\$ 29.225,00
ANTONIO CARLOS RIBAS BRANCO PROF EMEF	APM EMEF PROF. ANTONIO CARLOS RIBAS BRANCO	03.175.468/001-05	Fundamental	216	216	R\$ 10.400,00	R\$ 10.400,00
AMEDEO PICCINI EMEI	APM EMEF AMEDEO PICCINI	03.213.164/001-95	Fundamental	336	336	R\$ 13.400,00	R\$ 13.400,00
ALVARO MARCONDES DE MATTOS PREFEITO EMEF	A.P.M. E.M.E.F. PREFEITO ALVARO MARCONDES DE	03.186.755/001-10	Fundamental	1096	1096	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00

Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	833,33	359,51	1.000,00	4.559,51	440,49
Apliação Financeira Funac Convenio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação Financeira Funac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios	32.121.765,00	32.121.765,00	5.353.627,50	0,00	32.121.765,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM,IPI Exp)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes - Transf Unita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL (A+B)	32.126.765,00	32.126.765,00	5.354.460,83	359,51	32.126.765,00	4.559,51	32.122.205,49
DESPESAS	Dotação Anual		3º BIMESTRE		Acumulado		
Categoria Econômica/Natureza	Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
Despesas Correntes (C)	32.226.765,00	32.226.765,00	15.633,80	15.633,80	122.437,66	122.437,66	32.104.327,34
Pessoal/Encargos Sociais Funac Convenio	25.860.052,00	25.860.052,00	0,00	0,00	6.198,33	6.198,33	25.853.853,67
Despesas Operacionais Funac Convenio/Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	84.962,93	84.962,93	0,00
Despesas Funac	0,00	0,00	15.633,80	15.633,80	31.276,40	31.276,40	0,00
Juros/Encargos da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes -	6.351.713,00	6.351.713,00	15.633,80	15.633,80	122.437,66	122.437,66	6.229.275,34
Despesas de Capital (D)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (E)	5.000,00	5.000,00					0,00
DESPESA TOTAL (C+D+E)	32.226.765,00	32.226.765,00	15.633,80	15.633,80	122.437,66	106.803,86	32.104.327,34
SUPERÁVIT/DÉFICIT (A+B-C-D)	-110.000,00	-110.000,00	5.338.827,03	-15.274,29	32.004.327,34	-117.878,15	

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto
Diretor Presidente

Paulo Henrique Costa Sodré
Diretor Financeiro

Ana Lucia Santos de Camargo
Contabilista
CRC Nº 183084/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PODERES/ÓRGÃOS

MUNICÍPIO DE TAUBATÉ - FUNAC - FUNDAÇÃO DE ARTES, CULTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

3º Bimestre de 2022

Valores expressos em R\$

PODERES/ÓRGÃOS	Receitas		Despesas				Resultados	
	Bimestre	Acumulado (1)	Empenhada		Liquidada		Acumulado (3)=(1-2)	% = (3) / Total (1)
			Bimestre	Acumulado (2)	Bimestre	Acumulado		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA *	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	359,51	4.559,51	15.633,80	122.437,66	15.633,80	122.437,66	-117.878,15	-2585,32%
FUNDAÇÃO							0,00	
Fund. Artíst. Cult. Univers. Taubaté	359,51	4.559,51	15.633,80	122.437,66	15.633,80	122.437,66	-117.878,15	-2585,32%
TOTAIS:	359,51	4.559,51	15.633,80	122.437,66	15.633,80	122.437,66	-117.878,15	-2585,32%

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto
Diretor Presidente

Paulo Henrique Costa Sodré
Diretor Financeiro

Ana Lucia Santos de Camargo
Contabilista
CRC Nº 183084/O-0

IV –DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	R\$		R\$
Receitas	0,00	Despesas	0,00
Orçamentárias		Orçamentárias pagas	
Extra-orçamentárias		Extra-orçamentárias	
		Inscrição Restos a pagar*	
Saldo do exercício anterior	0,00	Saldo Atual	0,00
Caixa		Caixa	
Bancos Conta Movimento		Bancos Conta Movimento	
Aplicações Financeiras		Aplicações Financeiras	
Total Geral	0,00		0,00

* Relativo ao último bimestre

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto
Diretor PresidenteAna Lucia Santos de Camargo
Contabilista
CRC nº 1SP183084/O-0Paulo Henrique Costa Sodré
Diretor Financeiro

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO
(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE TAUBATÉ - FUNAC - FUNDAÇÃO DE ARTES, CULTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E COMUNIDADE DE TAUBATÉ
3º Bimestre de 2022

RESULTADO PRIMÁRIO

Valores expressos em R\$

RECEITAS FISCAIS	Previsão Atualizada			Realização		Período Exercício Anterior
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Receitas Correntes	32.126.765,00	5.354.460,83	32.126.765,00	359,51	4.559,51	15.320.106,97
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal:	32.126.765,00	5.354.460,83	32.126.765,00	359,51	4.559,51	15.320.106,97
(-) Deduções						
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de aplicações Financeiras	5.000,00	833,33	833,33			15.320.106,97
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienações de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	5.000,00	833,33	833,33	359,51	4.559,51	15.320.106,97
I - RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS	32.126.765,00	5.354.460,83	32.126.765,00	359,51	4.559,51	15.320.106,97

DESPESAS FISCAIS	Dotação Atualizada			Despesas Liquidadas		Período Exerc. Ant.
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Correntes	32.226.765,00	5.371.127,50	32.226.765,00	15.633,80	122.437,66	14.089.485,25
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	32.226.765,00	5.371.127,50	32.226.765,00	15.633,80	122.437,66	14.089.485,25
Despesas de Capital	10.000,00	1.666,66	10.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	833,33	5.000,00			
III - DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS	32.211.765,00	5.368.627,50	32.211.765,00	15.633,80	122.437,66	14.089.485,25
IV - RESULTADO PRIMÁRIO (I - III+II)	-80.000,00	-13.333,34	-80.000,00	-15.274,29	-117.878,15	1.230.621,72

RESULTADO NOMINAL	SALDO			No Bimestre (C-B)	Janeiro até o Bimestre (C-A)
	Em 31/12 Exerc. Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)		
I. Dívida Consolidada			0,00		
II. Deduções:(*)	1.755.182,64	73.125,80	57.733,33		
Ativo Disponível	1.755.182,64	73.125,80	57.733,33		
Haveres Financeiros					
(-) encargos soc e impost a pagar					
(-) Devolução a PMT- Convenio					
	0,00				
III. Dívida Consolidada Líquida (I - II)	0,00	0,00	0,00		
IV. Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00		
V. Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00		
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00		
III. Dívida Consolidada Líquida (I - II + III)	0,00	0,00	0,00		
IV. Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00		
V. Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00		
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto
Diretor PresidenteAna Lucia Santos de Camargo
Contabilista
CRC nº 1SP183084/O-0Paulo Henrique Costa Sodré
Diretor Financeiro

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICIPIO DE TAUBATÉ - FUNAC - FUNDAÇÃO DE ARTES, CULTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE TTÉ

3º Bimestre de 2022

PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscrições		Baixas				Montante a Pagar	Disponibilidade Financeira
		Processados	Não Processados	Cancelamentos		Pagamentos			
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre		
PODER LEGISLATIVO									
Câmara Municipal								0,00	
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prefeitura Municipal								0,00	
Órgãos/Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Pública								0,00	
Fund. Art. e Cultural da Unitau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto
Diretor Presidente

Paulo Henrique Costa Sodré
Diretor Financeiro

Ana Lucia Santos de Camargo
Contabilista
CRC nº 1SP183084/O-0

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL E PREVIDENCIÁRIAS
(Artigo 22; Artigo 59, § 1º, incisos II e IV e § 2º da Lei Complementar 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)

FUNAC - FUNDAÇÃO DE ARTES, CULTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

3º BIMESTRE 2022

Valores expressos em R\$

DESPESAS COM PESSOAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÊS REF.: DEZEMBRO	Totais:
Despesas com Pessoal Ativo													0,00
Mão-de-Obra terceirizada	1.132,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00
Encargos Sociais	5.065,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00
Inativos													0,00
Pensionistas													0,00
Salário Família													0,00
Sentenças Judiciais do período													0,00
Outras desp.com pessoal (PASEP etc)													0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES (§1º do art. 19)													
Indenização por demissão (inc.I)													0,00
Incentivos à demissão voluntária (inc.II)													0,00
Decisão Judicial de compet.anterior(inc.IV)													0,00
Inativos e Pensionistas (inc.VI)													0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.198,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÊS REF.: DEZEMBRO	Totais:
Despesas com Pessoal Inativo													0,00
Despesas com Pensionistas													0,00
Outros benefícios e desp. com Inativos													0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES													
Contribuições dos Segurados													0,00
TOTAL DESPESAS LÍQUIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto
Diretor Presidente

Ana Lucia Santos de Camargo
Contabilista
CRC nº 1SP183084/O-0

Paulo Henrique Costa Sodré
Diretor Presidente

